

É membro das seguintes organizações científicas: Eurocoast-Portugal; European Union for Coastal Conservation; The Tokyo Foundation (Silff Fellow).

#### Louvor n.º 601/2008

Por proposta do Director Nacional de Recursos de Protecção Civil louvo a Chefe de Secção Maria Laura Viegas Pires pela forma dedicada e extremamente competente como vem chefiando a Secção de Vencimentos do Núcleo de Organização e Recursos Humanos da Direcção Nacional de Recursos de Protecção Civil.

Funcionária com excelente nível de conhecimentos técnicos e de grande sentido de responsabilidade, muito tem contribuído para uma resposta pronta e eficiente às solicitações que diariamente são feitas à Secção que chefia, permitindo uma gestão equilibrada e oportuna das questões administrativas e remuneratórias dos funcionários desta Autoridade Nacional, especialmente das relacionadas com o complexo processamento de horas extraordinárias e ajudas de custo, em território nacional e no estrangeiro.

As suas qualidades profissionais e pessoais, alia uma permanente disponibilidade para ocorrer às mais variadas situações em apoio a outras áreas sempre que tal se torne necessário, tornando-se um elemento essencial à prossecução dos objectivos superiormente estabelecidos para a Direcção Nacional de Recursos de Protecção Civil.

Pelos atributos enunciados é a Chefe de Secção Maria Laura Viegas Pires merecedora que o seu desempenho, que qualifique de meritório e exemplar, seja reconhecido através deste público louvor.

15 de Setembro de 2008. — O Presidente, *Arnaldo José Ribeiro da Cruz*.

### Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

#### Despacho n.º 24969/2008

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 23 de Setembro de 2008, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

	Data de nascimento
Klinger Maicoziles Ferreira do Vale	25-05-89
Aparecida Mendes da Silva	20-11-61
Francisca Ivaneide Sales Lopes	06-12-75
Amanda Cristina das Graças Silva	24-05-90
Alberth Dias Bastos	05-01-81
Sofia Ramos	10-10-75
Celeste Aparecida Oliveira	27-12-65
Jose Aparecido Oliveira	22-06-66
Ari da Costa Silva	27-12-57
Jorge Dias dos Santos	25-05-69
José Roberto Felipe Alves	02-10-78
Doraci Fonseca do Carmo	25-04-54
Maria das Graças Ribeiro Alves Ferreira	20-09-60

30 de Setembro de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

#### Despacho n.º 24970/2008

#### Lista n.º 103/08

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 23 de Setembro de 2008, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do art. 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

Nome	Data de nascimento
Hélio Alves Pereira	08-04-78
Maria das Graças Silva	25-12-52

Nome	Data de nascimento
Juliana Ballesteros Coelho	24-08-83
Cátia Maria Rodrigues Gonçalves	26-08-59
Saulo Silveira Brum	21-10-74
Rodrigo de Assis Ferreira	28-01-84
Ana Maria de Assis Ferreira	01-01-63
Bianca Santos Mendes	06-08-78
Joaquim Magalhães Silva	02-04-75
José Francisco Gomes de Figueiredo	22-11-59
Bruna Aparecida Gomes Almeida	08-01-86
Lucciana Maria Oliveira Tajra Spuri	19-12-83
Fábia Muniz Rodrigues dos Santos	23-09-85

30 de Setembro de 2008. — Pelo Director Nacional, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Direcção-Geral da Administração da Justiça

#### Aviso n.º 24623/2008

Ao abrigo do artigo 25.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de Agosto, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 175/2000, de 9 de Agosto, e nos termos do artigo 15.º do Regulamento do curso de Habilitação para Ingresso nas Carreiras do Grupo de Pessoal Oficial de Justiça, aprovado pela Portaria n.º 832/2007, de 3 de Agosto, torna-se público que, por despacho de 28.09.2008, da directora-geral da Administração da Justiça, foi determinada a abertura da fase de formação, tendo sido fixado em 20 o número de vagas àquela fase.

A fase de formação, que irá decorrer nas secretarias dos tribunais de 1.ª instância indicados no anexo I ao presente aviso, iniciar-se-á no dia 3 de Novembro de 2008 e terá a duração de 3 meses.

Podem candidatar-se à fase de formação os candidatos aprovados na prova de aptidão, constantes do aviso publicado no *Diário da República* n.º 128, de 4 de Julho de 2008, e que não tenham sido excluídos do curso de habilitação.

O prazo de candidatura à fase de formação é de 10 dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso.

As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido à directora-geral da Administração da Justiça, de acordo com a minuta publicada no anexo II ao presente aviso, devendo os candidatos indicar por ordem de preferência e em linhas separadas as secretarias onde pretendem realizar a fase de formação.

As candidaturas deverão ser entregues pessoalmente na Direcção-Geral da Administração da Justiça, sita na Avenida de 5 de Outubro, 125, 1069-044 Lisboa ou remetidas pelo correio, com aviso de recepção, para o mesmo endereço, até ao termo do prazo para apresentação das candidaturas atendendo-se, neste último caso, à data do registo.

A lista de colocação dos formandos nas secretarias será publicitada na página oficial da Direcção-Geral da Administração da Justiça ([www.dgaj.mj.pt](http://www.dgaj.mj.pt)) e afixada nos tribunais onde a mesma se realiza.

30 de Setembro de 2008. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

#### ANEXO I

#### Locais para a fase de Formação

Designação	N.º de estag.
Funchal — Tribunal de Família e de Menores	1
Funchal — Tribunal do Trabalho	1
Ponta Delgada — Tribunal de Comarca	3
Ponta Delgada — Tribunal de Família e de Menores	1
Ponta Delgada — Tribunal do Trabalho	1
Ponta do Sol	2
Povoação	1
Ribeira Grande	1
Santa Cruz	3
São Vicente	1
Vila Franca do Campo	2

## ANEXO II

**Minuta de Requerimento (papel formato A4)**

Nome:  
 N.º Bilhete de Identidade:  
 Organismo onde exerce funções:  
 Categoria:  
 Morada (para onde deve ser remetido o expediente relativo ao procedimento, a qual deverá ser actualizada sempre que venha a ser alterada):  
 Telefone/telemóvel:  
 N.º de ordem (da lista de classificação final) e classificação obtida na prova de aptidão:  
 Vem por este meio requerer a V. Ex.ª se digne admiti-lo(a) à fase de formação, indicando por ordem de preferência as secretarias onde pretende realizar aquela fase.  
 1 —  
 2 —  
 3 —  
 (Não existe limite quanto ao número de secretarias que cada candidato pode indicar).  
 Pede deferimento.  
 (data)  
 (assinatura)  
 (Deverá indicar em primeiro lugar a localidade e só depois a secretaria judicial).

**Direcção-Geral de Reinserção Social****Despacho (extracto) n.º 24971/2008**

Por meu despacho de 2008.09.03.

Licenciada Eva Maria Fernandes, técnica superior de 1.ª classe da carreira técnica superior de reinserção social do quadro de pessoal do ex-Instituto de Reinserção Social — nomeada, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável, por iguais períodos, Directora de Serviços da Área Penal, dos Serviços Centrais desta Direcção-Geral, tendo sido cumpridos os procedimentos de selecção para o recrutamento de titulares de cargo de direcção intermédia, ao abrigo do disposto no artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto. (Isento de fiscalização prévia do TC).

29 de Setembro de 2008. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

## ANEXO

**Nota curricular, académica e profissional**

Dados pessoais:

Nome: Eva Maria Fernandes;  
 Data de Nascimento: 19 de Fevereiro de 1963;  
 Estado Civil: Casada;  
 Profissão: Funcionária Pública.

Habilitação Académica e Complementar:

Licenciatura em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa — 1982/1987;

Curso Superior de Medicina Legal, organizado pelo IMLL — 1989/1990;  
 Curso de formação de Mediadores Familiares, promovido pelo Instituto Português de Mediação Familiar, no ano lectivo de 1994/95 com a duração de 140 horas;

“Formação pedagógica de Formadores” promovido pelo INA;

Curso de pós-graduação “Protecção de Menores” (Prof. Doutor F. M. Pereira Coelho) no ano de 1997/1998;

Programa de Formação em Gestão Pública (FORGEP) no INA com 120 horas em 2007.

Percurso profissional nos Serviços de Reinserção Social:

De Maio de 1990 a Dezembro de 1995 — Técnica superior de reinserção social;

De Dezembro de 1995 a Outubro de 2001 — Coordenadora de várias Equipas de Reinserção Social;

Desde 29 de Outubro de 2001 — Directora do Departamento de Coordenação da Actividade Técnico — Operativa.

Actividades profissionais relevantes:

Representante do Ministério da Justiça no Projecto do Instituto de Apoio à Criança “Trabalho com Crianças da Rua — Em Família para Crescer” — 1995;

Colaboração com a Comissão Ministerial para a Reforma de Medidas e Penas em 1996;

Membro da Unidade de Missão para a Reforma Penal em 2005 e 2006;  
 Representante do Ministério da Justiça pelo despacho conjunto n.º 319/2000 de 19 de Abril de 1997 dos Ministérios do Trabalho e de Solidariedade e da Justiça para integrar o grupo FormAD 2000 — Formação Adopção 2000;

Representante dos Serviços de Reinserção Social para integrar o grupo de trabalho criado no seio do Ministério da Justiça sobre as questões do registo criminal;

Membro de Grupos de trabalho constituídos no seio dos Serviços de Reinserção Social com o objectivo de produzir documentos sobre o enquadramento jurídico e estratégia de intervenção dos serviços na jurisdição Tutelar Educativa e Tutelar Cível;

Formadora nos Serviços de Reinserção Social, em Cursos de Pós-Graduação em diversas Instituições Universitárias e na Associação Portuguesa de Apoio à Vítima;

Docente do ensino superior;

Apresentação de comunicações e organização de Seminários nacionais e internacionais e colaboração com o Centro de Estudos Judiciários;

Participação e colaboração em estudos e trabalhos, nomeadamente com o Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra nos estudos realizados no âmbito do projecto de investigação, denominado Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, em 2002, 2003 e 2004;

Coordenação e orientação do trabalho de sistematização da intervenção técnica realizado pela equipa de Lisboa-Família do Instituto de Reinserção Social, denominado “Divórcio e Aspectos do Desenvolvimento da Criança e do Adolescente”, publicado na Revista do Instituto de Reinserção Social — Infância e Juventude de Janeiro-Março de 2002 “Violência Parental/Familiar”, publicado na Revista Infância e Juventude de Julho-Setembro de 2002 e “Intervenção em Rede”;

Presidente do júri do concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar na categoria de assessor da carreira técnica superior.

**Direcção-Geral dos Serviços Prisionais****Despacho n.º 24972/2008**

1 — O cargo de chefe de equipa multidisciplinar (CdE) dos projectos do centro de competências para a prestação de cuidados de saúde encontra-se vago em virtude de a anterior titular ter cessado funções em 31 de Agosto por motivo de aposentação.

Nestes termos e considerando a necessidade de assegurar o bom funcionamento dos serviços, designo para o cargo de chefe de equipa multidisciplinar (CdE) dos projectos do centro de competências para a prestação de cuidados de saúde a licenciada Maria Paula Gomes de Abreu Quadros, com estatuto remuneratório equiparado a director de serviços da DGSP, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, na alínea b) do artigo 6.º e artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 125/2007, de 27 de Abril.

2 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Outubro de 2008

22 de Setembro de 2008. — A Directora-Geral, *Maria Clara Albino*.

**Despacho n.º 24973/2008**

O lugar de chefe de Divisão de Caracterização e Individualização de Regimes encontra-se vago em virtude de o anterior titular ter cessado funções em 31 de Agosto de 2008 por ter sido designado para a direcção de estabelecimento prisional regional.

Atentas as competências que lhe estão atribuídas e considerando a necessidade de assegurar o seu bom funcionamento, é de toda a conveniência proceder ao preenchimento daquele cargo, através da nomeação, em regime de substituição, de funcionário, que, para além dos requisitos legais, detenha as qualificações profissionais adequadas ao preenchimento do respectivo lugar.

Nestes termos, nomeio para o cargo de chefe de Divisão de Caracterização e Individualização de Regimes o licenciado Artur Manuel Fernandes Ceia, ao abrigo do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

O nomeado reúne os requisitos legais previstos no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Outubro de 2008

22 de Setembro de 2008. — A Directora-Geral, *Maria Clara Albino*.